



A Intersetorialidade no Contexto das Redes Comunitárias

Priscilla Tatiane Oliveira Vale de Souza¹

Resumo

Este artigo tem como objetivo demonstrar a atuação da Rede de Apoio ao Desenvolvimento Jardim Felicidade (RADJF) e sua perspectiva intersetorial de trabalho. Esta rede comunitária se formalizou em 2002 por meio de treinamento com agentes locais no bairro Jardim Felicidade, situado na região norte de Belo Horizonte/MG. O bairro Jardim Felicidade se consolidou em 1987 a partir da iniciativa de lideranças comunitárias de determinados bairros de Belo Horizonte e distintas famílias que moravam de aluguel, as quais se organizaram e fundaram a AMABEL (Associação dos Moradores de Aluguel de Belo Horizonte) um movimento popular pelo direito à moradia na cidade de Belo Horizonte. Essa comunidade confronta-se, desde seu surgimento, com diferentes questões sociais para as quais conta com organização intersetorial política e social, a fim de, corresponder às suas demandas. Um dos movimentos de organização dessa comunidade foi a RADJF, que segundo seus criadores surgiu por iniciativa de algumas Instituições Governamentais e Associações do bairro e apoio da Associação dos Voluntários para o Serviço Internacional (AVSI) e da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG), seu objetivo era auxiliar no apoio ao desenvolvimento do bairro Jardim Felicidade e ação diante das demandas que eram comuns aos agentes do poder público e sociedade civil. Os objetivos deste trabalho é apresentar a intersetorialidade existente no contexto dessa rede comunitária e perceber como essa forma de organização permite corresponder a demandas mais complexas. Este trabalho se originou na pesquisa de mestrado da autora nesta comunidade e sua rede comunitária a RADJF. Neste desígnio, propôs-se a metodologia de pesquisa qualitativa descritiva, por meio de pesquisa teórica e empírica. Utilizou-se para coleta de dados a observação participante e entrevista semiestruturada, na organização e análise dos dados obtidos utilizou-se a análise de conteúdo. Os resultados obtidos reforçaram a importância da intersetorialidade e da gestão social para o desenvolvimento local através da participação e união de forças nesta realidade. As maiores conquistas contaram com a unidade do poder público, associações e moradores e como produto final desta pesquisa foram criados canais de comunicação oficiais para toda a comunidade como: Cartilha informativa sobre o bairro e sua Rede. O portal www.jardimfelicidadebh.com.br, que abarca a história e contexto da realidade local. E ainda, mídias sociais como um canal no Instagram: <https://www.instagram.com/portaljardimfelicidade/>, Facebook: <https://www.facebook.com/portaljardimfelicidadebh> e WhatsApp: <https://chat.whatsapp.com/G2IrEPL7AuB5kaKADiWAZC>, para divulgação do trabalho dos empreendedores da comunidade local e adjacências. Estes canais foram criados com o objetivo de contribuir com a comunicação entre os moradores para a divulgação do bairro,

¹ Graduada em Psicologia – PUC/MG, Mestre em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local - UNA. Priscillatsouza20@gmail.com



sua rede comunitária e no apoio ao desenvolvimento do bairro e adjacências e de seus moradores.

Palavras Chave: Intersetorialidade; Trabalho em Rede; Redes Comunitárias; Jardim Felicidade.

Introdução

Esta produção tem como propósito demonstrar a atuação da RADJF (Rede de Apoio ao Desenvolvimento Jardim Felicidade), situada no Jardim Felicidade (JF), um bairro da região norte de Belo Horizonte e sua gestão que ocorre através da intersetorialidade entre instituições do governo e sociedade civil.

O trabalho em rede pode ser visto como uma possível forma de atuação na promoção do desenvolvimento humano e social em casos complexos de demandas humanas, pois não podem ser contemplados em um único serviço oferecido por uma única instituição, apostando-se que a união de forças anseia resultados mais ousados e, com base em Rovere (1998), “uma rede é constituída por organizações independentes que atuam com sua própria lógica e valor e, ao mesmo tempo, possuem um objetivo comum”. Percebe-se cada agente é único e imprescindível em uma rede.

No ano de 2002 foi criada e implantada no bairro Jardim Felicidade a RADJF (Rede de Apoio ao Desenvolvimento Jardim Felicidade), cujo objetivo era realizar ações capazes de auxiliar no atendimento às prioridades do bairro.

O objeto desta pesquisa foi conhecer a atuação da RADJF (Rede de Apoio ao Desenvolvimento Jardim Felicidade), no bairro Jardim Felicidade (JF) localizado na região norte de Belo Horizonte (MG), tendo em vista o desenvolvimento de intervenção na área de gestão social com características de inovação social e potencializadora de desenvolvimento local.

Os sujeitos da pesquisa foram os representantes das instituições governamentais ou não e da comunidade que formam e participam da RADJF (Rede de Apoio ao Desenvolvimento Jardim Felicidade). Os instrumentos de coletas de dados foram: Visita a campo. Observação nas reuniões. Bibliografia disponível. Entrevista semiestruturada realizada com os representantes das instituições (governamentais e não governamentais) que



trabalham no bairro e participam mensalmente nas reuniões da RADJF (Rede de apoio e desenvolvimento do bairro Jardim Felicidade).

Esta pesquisa possibilitou a observação a respeito da aproximação entre comunidade e instituições atuantes no bairro, uma vez que, juntos conquistaram muitas melhorias estruturais para a comunidade e atualmente, podem pensar possibilidades de ampliarem a participação e interação no espaço.

Metodologia

A metodologia de pesquisa proposta foi uma análise qualitativa do trabalho dos representantes da RADJF, uma rede comunitária do bairro Jardim Felicidade, através dos procedimentos metodológicos de revisão bibliográfica, documental e entrevista semiestruturada seguida da análise de conteúdo dos dados obtidos.

Os procedimentos técnicos desta pesquisa envolveram pesquisa bibliográfica em textos, dissertações, teses e livros publicados ou disponibilizados na internet; documental quanto à história do Bairro e a criação da Rede de desenvolvimento. A pesquisa foi de característica aplicada uma vez que objetivou gerar conhecimentos sobre a Intersetorialidade como instrumento na gestão social da RADJF como rede de apoio ao desenvolvimento do bairro Jardim Felicidade. Com abordagem qualitativa, semiestruturada. DUARTE (2008) apud SANTOS (2010) caracteriza as entrevistas qualitativas semiabertas, (semiestruturadas) como as que partem de um diálogo com o entrevistado com um percurso pré-definido, mas não totalmente engessado, partindo de um roteiro-base, sendo possível resultar em dados quantificáveis e comparativos entre o que foi respondido pelos entrevistados, já que as entrevistas qualitativas abertas não se realizam pela centralidade do tema, não se limitam a um itinerário a ser percorrido.

Para Minayo (2010), as pesquisas qualitativas cogitam com: significados, motivações, valores e crenças e estes não podem ser simplesmente reduzidos às questões quantitativas, pois que, respondem a noções muito particulares. Contudo, os dados quantitativos e os qualitativos se complementam dentro de uma pesquisa.



Os dados coletados a partir dos questionários, entrevistas e observações foram analisados e correlacionados. Conforme Bardin (2009) a análise de dados enquanto método, torna-se um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. “Isto porque a análise de conteúdo se faz pela prática” (BARDIN, 2009, p.51).

Resultados e discussões

Esperava-se que a pesquisa pudesse apontar como era a intersetorialidade no trabalho da RADJF uma rede comunitária atuante no bairro Jardim Felicidade, situado na região norte de Belo Horizonte/MG.

O termo intersetorialidade vem sendo discutido como uma ferramenta eficaz na gestão social para o desenvolvimento local.

A rede de desenvolvimento do bairro Jardim Felicidade conta com o apoio de todas as instituições que atuam nessa comunidade sendo governamentais ou não para se reunirem todo mês e tratarem dos assuntos de maior necessidade no bairro.

Esse trabalho intersetorial conta com a presença e atuação de diversos setores e atores da comunidade. Segundo Pereira (2014) além de princípio ou paradigma norteador, a intersetorialidade tem sido considerada como uma lógica de gestão, que transcende um único setor da política social; e/ ou uma estratégia política de articulação entre setores sociais diversos e especializados. É vista como um instrumento de otimização de saberes; competências e relações sinérgicas, em prol de um objetivo comum e ainda, prática social compartilhada, que requer pesquisa, planejamento e avaliação para a realização de ações conjuntas.

Esta rede de desenvolvimento discute questões que dizem respeito a demanda da comunidade, diversas como: segurança, limpeza do córrego e a criação de uma rua de lazer. A pesquisa revelou que as questões são levadas para a reunião, discutidas e através da contribuição de cada representante presente decidida a forma de atuação.

“A Interseccionalidade “é vista como uma articulação de saberes e experiências no planejamento, realização e avaliação de ações para alcançar efeito



sinérgico em situações complexas visando ao desenvolvimento social”, superando a exclusão social (JUNQUEIRA, 1997) ”.

Esta rede comunitária de desenvolvimento pode ser vista como modelo para outras comunidades em sua forma de gerir suas questões.

“É uma nova lógica para a gestão da cidade, buscando superar a fragmentação das políticas e considerar o cidadão na sua totalidade, nas suas necessidades individuais e coletivas. Mas essa totalidade passa também pelas relações homem/ natureza. É o espaço geográfico onde se dão as relações, mas que também é constituído socialmente. ” (JUNQUEIRA, 1997, p. 14, 15)

Esta visão aponta que uma rede comunitária de desenvolvimento é livre para tratar de qualquer assunto em qualquer área desde que seja uma demanda da comunidade.

“Nessa perspectiva, a intersetorialidade não é um conceito que engloba apenas as políticas sociais, mas também sua interface com outras dimensões da cidade, como sua infra-estrutura e ambiente, que também determinam sua organização e regulam a maneira como se dão as relações entre os diversos segmentos sociais. ” (JUNQUEIRA, 1997, p. 15)

A intersetorialidade também aplicada aos outros campos sociais em que os atores envolvidos possuíssem um objetivo em comum a ser trabalhado contribuiu na articulação de saberes e experiências no planejamento, realização e avaliação de ações para alcançar efeito sinérgico em situações complexas, visando o desenvolvimento social e na superação da exclusão social” (Junqueira e Inojosa, 1997). O que pode ser percebido nas observações do trabalho da RADJF, que atua formalmente desde de 2002 na comunidade do bairro Jardim Felicidade e percebe-se que há algo que lhe escapa em sua atuação é que existem moradores do bairro que não percebem ações que lhes alcancem, o que explica uma adesão abaixo do esperado em alguns casos.

Pereira (2014, p. 37) considera que “os denominados “setores” que devem se interligar, não são propriamente “setores”, mas políticas particulares, ou especiais, com seus movimentos concretos e contradições específicas, dotadas de problemática e lógica e de interpenetrações irrecusáveis. A intersetorialidade é um processo político, vivo e conflituoso, envolve interesses competitivos e jogo de poderes que, na maior parte das vezes se fortalecem na sua individualidade ao cultivarem pares.



Entretanto apesar de não ser tarefa fácil as ações da RADJF se mostraram válidas no que tange ao bem comum, as observações nas reuniões no período de um ano, demonstraram que em meio as demandas e conflitos que é possível ações em comum acordo através de análise e diálogo. Uma vez que, as intervenções devem ser conjuntas e objetivo dos envolvidos, caso contrário podiam travar ações e não passar de meras reuniões.

Nota-se em Junqueira (1997) que a intersetorialidade pretende promover a equidade e a integralidade do atendimento ao cidadão muitas vezes não alcançado nas políticas sociais. Não se ignora o conflito, mas pretende-se “submete-lo a mecanismos coletivos de decisão democrática”. O que se busca é a intenção acompanhada da ação.

Segundo Yazbek (2014, p. 98) a intersetorialidade é a articulação entre as políticas públicas por meio do desenvolvimento de ações conjuntas destinadas a Proteção Social, à inclusão e enfrentamento das desigualdades sociais identificadas. Supõe a implementação de ações integradas e a superação da fragmentação da atenção às necessidades sociais da população. Envolve a agregação de diferentes setores sociais em torno de objetivos comuns e deve ser princípio orientador da construção das redes municipais.

Sendo que potencializa e amplia a possibilidade de um atendimento integral aos cidadãos.

A intersetorialidade supõe também a articulação entre sujeitos de áreas que tem suas especificidades e diversidades e, portanto, experiências particulares para enfrentar problemas complexos. É uma nova forma de gestão de políticas públicas que está necessariamente relacionada ao enfrentamento de situações concretas. Supõe vontade, decisão, que tem como ponto de partida o respeito à diversidade e às particularidades de cada setor participante. Envolve, portanto, estruturação de elementos de gestão que materializem princípios e diretrizes, a criação de espaços comunicativos, a capacidade de negociação e também trabalhar os conflitos para que finalmente se possa chegar, com maior potência as ações.

A intersetorialidade que vem se configurando como um princípio orientador de ações integradas no âmbito da política social supõe atendimentos em rede para a população. Fenômeno novo e que é visto por alguns como novo paradigma da sociedade. A proposta de uma ação integrada e em rede. Apud Guara 1998 “ O termo rede sugere a ideia de articulação, conexão, vínculos, ações complementares, relações horizontais entre parceiros, interdependência de serviços para garantir a integralidade da atenção aos segmentos sociais



vulnerabilizados ou em situação de risco social e pessoal”, [...] “uma rede pode ser o resultado do processo de agregação de várias organizações afins em torno de um interesse comum, seja na prestação de serviços, seja na produção de bens” (GUARÁ, 1998)

Burlandy (2014, p. 117) destaca os desafios para a construção da intersectorialidade que perpassam pelo viés do objetivo em comum e pela ação de o setor se reconhecer como limitado diante das questões que se apresentam e da necessidade de integração entre si, o tempo gasto com reuniões e grupos de trabalho, as divergências e conflitos decorrentes deste processo de articulação e diálogo com múltiplos setores requerem estratégias de administração de conflitos construídas em cada contexto.

Os representantes do governo e da sociedade civil são convocados a participarem simultaneamente de diversos conselhos e/ou grupos de trabalho, porém a sociedade civil é voluntária o que limita sua participação. Diante dos conflitos alguns atores optam por não participar por adotarem postura de liberdade diante dos governos responsáveis.

A Rede de Apoio ao Desenvolvimento Jardim Felicidade - RADJF

As redes se constituem como importantes formas de atuação no manejo de questões complexas.

Conhecer o trabalho da RADJF se torna relevante à medida que a partir desta experiência concreta podem ser feitas novas pesquisas acerca do trabalho de rede em comunidades, da percepção da ação comunitária e sua força no manejo das demandas do bairro contribuindo para o conhecimento de formas de gestão e do desenvolvimento local.

A RADJF é uma iniciativa de trabalho intersectorial que surgiu em 2002 no bairro Jardim Felicidade. A rede é capaz de unir indivíduos e instituições afins: “As redes podem ser consideradas como sistemas organizacionais capazes de reunir indivíduos e instituições, de forma democrática e participativa, em torno de objetivos ou realizações comuns” (NEVES, 2009, p. 3).

Os objetivos e realizações comuns aos atores formam as estratégias de ação em rede [...]. “A concepção de redes defendida e difundida pelos atores é base para a compreensão das ações e estratégias desenvolvidas [...]” (TUMELEIRO *et al.*, 2010, p. 3).



Siqueira (2010) define a rede de apoio social como conjunto de princípios e de pessoas significativas que compõem os elos de relacionamento recebidos e percebidos do indivíduo, e se associa à saúde e ao bem-estar e é um fator fundamental para o processo de adaptação a situações de estresse atuando como fator de proteção. A RADJF é constituída como uma rede de apoio ao desenvolvimento do bairro Jardim Felicidade.

Segundo Loiola (1996), a abordagem de redes, como expressão dos novos arranjos organizacionais que emergem na atualidade, indica o esgotamento da capacidade de integração das instituições representativas tradicionais, da eficácia das organizações burocráticas e do modelo de planejamento centralizado. A RADJF pode ser pensada como um novo arranjo na realidade e organização do bairro Felicidade, por unir forças em sua atuação.

Nota-se que para se implantar uma rede existem etapas importantes para a criação de vínculos conforme Rovere (1998) que propõe uma sequência de etapas para o aprimoramento dos vínculos e que estão relacionadas aos valores que os sujeitos atribuem às relações estabelecidas na rede. 1. Reconhecimento: consiste em reconhecer a existência do outro e sua posição na rede. 2. Aceitação: consiste em conhecimento sobre o outro, o que faz, suas preferências. 3. Interesse: consiste em colaboração em se prestar ajuda esporádica. 4. Reciprocidade: consiste em cooperação em compartilhar tarefas e recursos. 5. Solidariedade: consiste em associação em compartilhar objetivos e projetos, que requer confiança (ROVERE, 1998, p.35).

Nesse sentido, Belo Horizonte se organizava e a agenda da inclusão social e da democratização da gestão já estava colocada desde 1993. A reforma foi aprovada em 2000 e implementada a partir de 2001. Foram criadas no nível central duas instâncias: a Secretaria Municipal de Coordenação de Política Urbana e Ambiental (Scomurb) e a Secretaria Municipal de Coordenação de Política Social (Scomps). Mourão, Passos e Faria (2011, p. 29):

Houve um rearranjo na administração pública de políticas sociais de acordo com Mourão, Passos e Faria (2011, p. 29):

Todas as secretarias sociais temáticas então existentes — educação, saúde, assistência social, segurança alimentar, direitos de cidadania, esporte, cultura — passaram a ter o status de secretarias adjuntas no novo arranjo organizacional que previa planejamento coordenado para evitar superposições e reduzir a fragmentação. O desenho do novo modelo organizacional baseava-se em quatro eixos: 1. Descentralização



intramunicipal (ampliação das atribuições das nove regionais do município), 2. Participação (inserção da sociedade na administração da cidade e fortalecimento de novos fóruns), 3. Informação (tecnologias informacionais para permitir diagnósticos territorializados) e 4. Intersetorialidade (gestão sinérgica e equalizadora que superasse sobreposições e reduzisse a competição entre programas no nível local). (Mourão, Passos e Faria, 2011, p. 29)

Essa organização possibilitou o surgimento do Programa BH Cidadania como “uma estratégia de gestão intersetorial para as áreas de maior vulnerabilidade social”. Visava “implementar um modelo de gestão baseado na descentralização, articulação e integração intersetorial, e inverter a lógica setorial fragmentada de operação dos diversos programas da área social.” (Mourão, Passos e Faria, 2011, p. 30).

O programa BH Cidadania e sua efetivação repercutiram no bairro Jardim Felicidade. Em 2001 foi feito um levantamento social do bairro Jardim Felicidade pela Associação dos Voluntários para o Serviço Internacional (AVSI que já atuava no bairro desde sua fundação. Conforme documentos da Associação de Cooperação para o Desenvolvimento e Morada Humana (CDM) e Associação dos Voluntários para o Serviço Internacional (AVSI) (2001) apresentados nos anais do congresso 2º congresso brasileiro de extensão universitária de Belo Horizonte em setembro na Rosa (2004, p.01):

De acordo com o Mapa de exclusão social de Belo Horizonte, o Conjunto Jardim Felicidade, localizado em Belo Horizonte tem o segundo pior indicador de vulnerabilidade social. Apesar disso, apresenta um conjunto de projetos, programas e instituições - públicas, religiosas, do terceiro setor, comunitárias - atuando na prestação de serviços à população. No entanto, apesar dos esforços (muitas vezes isolados), a capacidade de respostas às demandas não tem sido suficiente para promover o desenvolvimento humano e social da população que ali reside. (ROSA, 2004, p.01)

Por apresentar baixos índices de desenvolvimento humano, e especificamente um alto índice de desnutrição nas crianças menores de cinco anos o bairro Jardim Felicidade foi objeto de um trabalho da PUC Minas num projeto de extensão acadêmica. A instituição elaborou um diagnóstico do bairro e foi responsável pela criação e implantação da RADJF através de treinamentos, objetivando que um trabalho intersetorial pudesse facilitar o apoio ao desenvolvimento da comunidade (VEIGA *et al.*, 2013).



Segundo Rosa (2004) no intuito de melhorar a capacidade de resposta à população pelos atores atuantes no Conjunto Felicidade, em 2001, por meio do Programa de Ações Integradas para o Desenvolvimento do Conjunto Jardim Felicidade, as ONGs: Cooperação para o Desenvolvimento e Morada Humana e a Associação dos Voluntários para o Serviço Internacional (CDM e AVSI), lançaram vários projetos com objetivo de criar uma rede de apoio ao desenvolvimento da comunidade.

A RADJF surgiu com a proposta de que um trabalho intersetorial pudesse facilitar o apoio ao desenvolvimento da comunidade. Conforme aponta Rosa (2004, p. 02):

A Associação de Voluntários para o Serviço Internacional (AVSI) representada no Brasil pela Cooperação para o Desenvolvimento e Morada Humana (CDM) lançou a proposta que convocava as várias instituições e atores presentes a se articularem em uma rede de apoio ao desenvolvimento da comunidade Jardim Felicidade. (ROSA, 2004, p.02)

A implantação da RADJF no bairro Jardim Felicidade foi concretizada em 2002 para estabelecer as prioridades, diante das demandas e potencialidades para a resolução dos mesmos. Atualmente diversas instituições fazem parte da rede. Segundo Silva (2013), a RADJ é formada por instituições que prestam serviços dentro da comunidade e ainda, conta com alguns parceiros nas adjacências do bairro.

A RADJ e a Intersetorialidade

A RADJF (Rede de apoio e Desenvolvimento Jardim Felicidade) surgiu de uma demanda do bairro em se organizar de maneira intersetorial para responder à questões locais, dentre várias, de combater a desnutrição das crianças abaixo de 5 anos de idade. A intersetorialidade surgiu no campo da saúde, mas atualmente é adotada por várias áreas de atuação social. “Em 1978 a Intersetorialidade é definida pela Organização Mundial da Saúde, como uma estratégia para atingir saúde para todos no ano de 2000.” Nobre (2003, p. 964). Sua pertinência se confirma uma vez que os atores envolvidos possuem um objetivo em comum a ser trabalhado e percebido como uma ferramenta eficaz na gestão social para o desenvolvimento local.

A RADJF conta com o apoio de todas as instituições afins que atuam nessa comunidade sendo governamentais ou não para se reunirem todo mês e tratarem dos assuntos



de maior necessidade no bairro. Esse trabalho intersetorial conta com a presença e atuação de diversos setores e atores da comunidade.

Segundo Pereira (2014) “além de princípio ou paradigma norteador, a intersetorialidade tem sido considerada como uma lógica de gestão, que transcende um único setor da política social; e/ ou uma estratégia política de articulação entre setores sociais diversos e especializados. É vista como um instrumento de otimização de saberes; competências e relações sinérgicas, em prol de um objetivo comum e ainda, prática social compartilhada, que requer pesquisa, planejamento e avaliação para a realização de ações conjuntas” Pereira (2014. p. 23).

As pautas de reuniões da RADJF contam com questões trazidas por qualquer pessoa da comunidade e podem ser diversas como: segurança, limpeza do córrego e a criação de uma rua de lazer, etc. Estas questões são discutidas e através da contribuição de cada pessoa presente na reunião decidem formas de atuação e ação. Pode ser vista como modelo para outras comunidades na sua forma de gerir suas questões. Apresenta iniciativa local de união de forças e superação de desafios de uma comunidade diversa e complexa. Como uma nova lógica de gestão como percebe Junqueira (1998):

“É uma nova lógica para a gestão da cidade, buscando superar a fragmentação das políticas e considerar o cidadão na sua totalidade, nas suas necessidades individuais e coletivas. Essa totalidade passa também pelas relações homem/ natureza. É no espaço geográfico onde se dão as relações, que também é constituído socialmente” (Junqueira, 1998. p. 14).

O processo de diálogo e construção de caminhos é constante, porém, em alguns momentos apresentam limites. Quando indagados sobre os pontos frágeis da RADJF segundo entrevistados, um deles é a falta de consideração pelos outros, que ao resolver sua demanda a pessoa não volta mais conforme explicita o morador E01:

E aí que eu vejo não um ponto negativo, mas um ponto frágil da rede é isso. Você tem uma demanda lá na sua rua aí você sabe que a rede se reúne é naquele dia, você nunca participou da reunião da rede, mas sabe que ela acontece. Aí você vai lá e leva a sua demanda ... consegue os ofícios de resolver esse problema ou junto com você fortalecer o seu pedido, aí resolve a iluminação pública. Aí você some. “Cabô”! Teve que sanar o seu problema, a rede serviu ou não serviu, porque você já estava correndo atrás,



aí acabou acontecendo, o seu problema foi resolvido e você não volta mais (ENTREVISTA REALIZADA COM E01).

A RADJF conta com profissionais das instituições e cidadãos engajados, sua forma de gestão e participativa. Tanto as demandas quanto as ações futuras são trazidas e discutidas pelos membros presentes ou que enviaram suas propostas. A intersetorialidade é percebida como “articulação de saberes e experiências no planejamento, realização e avaliação de ações para alcançar efeito sinérgico em situações complexas, visando o desenvolvimento social, superando a exclusão social.” (Junqueira e Inojosa, 1997)

Dessa forma acredita-se que ao unirem forças os envolvidos podem contribuir com seu saber e juntos almejem uma ação eficaz na resolução das questões sociais complexas que dizem respeito a desigualdade e exclusão social que requerem a presença de diversos saberes e atuações.

A RADJF atua há quinze anos na comunidade alguns moradores do bairro desconhecem seu trabalho, criticam e reclamam que não percebem ações que lhes alcancem.

Pereira in Monnerat (2014) considera que “a intersetorialidade é um processo político, vivo e conflituoso, envolve interesses competitivos e jogo de poderes que, na maior parte das vezes se fortalecem na sua individualidade ao cultivarem pares. Entretanto apesar de não ser tarefa fácil é válida no que tange ao bem comum.” Pereira (2014, p. 37)

Um dos desafios da RADJF é agregar maior participação dos envolvidos. Junqueira (1997) relata que a intersetorialidade pretende promover a equidade e a integralidade do atendimento ao cidadão muitas vezes não alcançado nas políticas sociais. Não se ignora o conflito, mas pretende-se “submete-lo a mecanismos coletivos de decisão democrática”. O que se busca é a intenção acompanhada da ação de mais pessoas nessa rede de desenvolvimento, a fim de alcançar maiores resultados. Segundo Yazbek (2014, p. 11).

“A intersetorialidade é a articulação entre as políticas públicas por meio do desenvolvimento de ações conjuntas destinadas a Proteção Social, à inclusão e enfrentamento das desigualdades sociais identificadas. Supõe a implementação de ações integradas e a superação da fragmentação da atenção às necessidades sociais da população. Envolve a agregação de diferentes setores sociais em torno de objetivos comuns e deve ser princípio orientador da construção das redes municipais” Yazbek (2014, p. 11).



Os representantes do governo e da sociedade civil são convocados a participar simultaneamente de diversos conselhos e/ou grupos de trabalho, porém a sociedade civil é voluntária o que limita sua participação. Diante dos conflitos alguns atores optam por não participar por adotarem postura de liberdade diante dos governos responsáveis.

A RADJF conta com uma forma de participação através do diálogo para juntos decidirem sobre as ações. Na visão de um dos entrevistados a dinâmica da reunião faz da RADJF uma rede ativa, que articula ações de acordo com a necessidade do bairro, segundo morador E10:

Mas eu acho que assim, tem oportunidade para todos participarem. Se não é num assunto é no outro. Nunca vai só com um assunto para lá, normalmente são várias temáticas que entram nessa pauta. E cada um domina uma coisa. Da forma do seu domínio, de acordo com o que ele conhece é que ele vai transmitindo a sua fala, a sua opinião, que pode ser feito, o que não pode ser. É uma rede de participação. Se ela não tiver participação, contribuição dos que estão lá, não é uma rede. Então é nesse sentido que a gente entende que a rede tem que ser uma rede ativa, atenta aos problemas que tem no bairro. Se ela for para lá sem saber de nada o que está acontecendo, então ela tá fora (ENTREVISTA REALIZADA COM E10).

Considerações finais

O bairro Jardim Felicidade por sua história de lutas e conquistas pode ser percebido como um local de possibilidades. O conhecimento acadêmico contribuiu para se conhecer o objeto de estudo, analisá-lo e construir propostas diante da demanda social, presentes em Belo Horizonte e nesta comunidade, resultando no autoconhecimento e reconhecimento como ferramenta de inovação.

A pesquisadora e moradora acredita que diante das demandas que se impõe, as ações de organização comunitária são imprescindíveis no enfrentamento de problemas sociais e assim se faz necessário a união e participação da população.

O impacto social do espaço construído por meio da RADJF na comunidade, em alguns aspectos é tido como exemplo de engajamento e participação, possibilitando contribuições como a responsabilização de todos os envolvidos e contribuindo para se pensar ações que promovam qualidade de vida, por meio de ações intersetoriais.



V Congresso Interdisciplinar de
Pesquisa, Iniciação Científica e Extensão Universitária

VIII Semana da responsabilidade social
e extensão universitária

Centro Universitário Metodista
Izabela Hendrix

Ciência e Tecnologia: universidade, sustentabilidade
e desenvolvimento econômico

Belo Horizonte, 21 a 24 de Setembro de 2020

Em momentos de participação e união de forças foi possível perceber com a intersectoriedade contribui para o desenvolvimento local, bem como, engajamento na formação humana.

Faz-se importante ressaltar que não foi objetivo desta pesquisa esgotar essa temática e sim reforça o compromisso de que são necessárias a união para se ampliar a força e a voz daqueles que vivem às margens da sociedade. Neste contexto, a autora reconhece a importância do conhecimento e sua contribuição para a sociedade, uma vez que esta reforça conceitos e fortalece a experiência prática de promoção do desenvolvimento.



Referencias

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.

DUARTE, J.; BARROS, A. (Org.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

INOJOSA, Rose M. Sinergia em políticas e serviços públicos: desenvolvimento social com intersectorialidade. **Cadernos FUNDAP** n. 22, 2001, p. 102-110. Disponível em: <https://www.pucsp.br/prosaude/downloads/bibliografia/sinergia_politicas_servicos_publicos_pdf>. Acesso em: 23 de jan. de 2019.

JUNQUEIRA, Luciano A. Prates. Novas formas de gestão na saúde: descentralização e intersectorialidade. **Saúde soc.** São Paulo, v. 6, n. 2, p. 31-46, dez. 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12901997000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 02 de abr. de 2019.

JUNQUEIRA, Luciano A. Prates. A gestão intersectorial das políticas sociais e o terceiro setor. **Saúde soc.** São Paulo, v. 13, n. 1, p. 25-36, abr. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010412902004000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 de jan. de 2018.

LOIOLA, E.; MOURA, S. Análise de redes: uma contribuição aos estudos organizacionais. In: FISCHER, Tânia. **Gestão Estratégica: cidades estratégicas e organizações locais**. Rio de Janeiro: Getúlio Vargas, 1996.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 29 ed., Petrópolis: Vozes, 2010.

MONNERAT, Giselle Lavinias. ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. SOUZA, Rosimary Gonçalves de. Orgs. **A intersectorialidade na agenda das políticas sociais**. Campinas, SP: Papel Social, 2014.

NOBRE, L. C. C. Trabalho de crianças e adolescentes: os desafios da intersectorialidade e o papel do Sistema Único de Saúde. **Ciênc. Saúde coletiva** [online]. 2003, vol.8, n.4, pp.963-971. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232003000400018>. Acesso em: 22 de fev. de 2018.

PEREIRA, Potyara A. P, A Intersectorialidade das Políticas Sociais na Perspectiva Dialética. In: MONNERAT, G. L. ALMEIDA, N. L. T. SOUZA, R. G. Orgs. **A intersectorialidade na agenda das políticas sociais**. Campinas, SP: Papel Social, 2014.



REYES, C.R. *et al.* Incidentes críticos: os desencadeadores da colaboração entre professor e pesquisador. *In: Congresso Estadual Paulista sobre Formação de Educadores: Desafios e Perspectivas para o século XXI*, V. 6 2001, São Pedro. **Anais**.

ROSA, R. S. D. *et al.* A Formação de Rede como Estratégia de Desenvolvimento Comunitário. UFMG **Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária Belo Horizonte** – 12 a 15 de setembro de 2004. Disponível em:

< <https://www.ufmg.br/congrext/Desen/WORD/Desen8.doc>>. Acesso em: 15 de maio de 2018.

ROVERE, M. **Redes en Salud**. (Secretaria de Salud Pública), 1998. Disponível em: <<http://www.rosario.gov.ar>>. Acesso em 18 de mar. de 2018.

SILVA, J. A. R.; GOMES, Maria do Carmo. **Jardim Felicidade**: várias histórias em uma história. Belo Horizonte, O Lutador, 2013.

VEIGA, Gloria Valeria da. *et al.* Inadequação do consumo de nutrientes entre adolescentes brasileiros. **Rev. Saúde Pública** [online]. 2013, vol.47, pp.212s-221s. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-89102013000700007>>. Acesso em 24 de mar. de 2018.

YAZBEK, Maria Carmelita. Sistema de proteção social, Intersetorialidade e Integração de Políticas Sociais. *In: MONNERAT, G. L. ALMEIDA, N. L. T. SOUZA, R. G. Orgs. A intersetoialidade na agenda das políticas sociais*. Campinas, SP: Papel Social, 2014.



V Congresso Interdisciplinar de
Pesquisa, Iniciação Científica e Extensão Universitária

VIII Semana da responsabilidade social
e extensão universitária

Centro Universitário Metodista
Izabela Hendrix

Ciência, Inovação e Tecnologia: a universidade
como vetor de crescimento econômico e sustentabilidade

Belo Horizonte, 21 a 24 de Setembro de 2020